

IMPACTOS DA COVID-19 NO PARQUE NACIONAL DO ARQUIPÉLAGO DO BAZARUTO EM MOÇAMBIQUE

IMPACTS OF COVID-19 IN THE NATIONAL PARK OF THE ARCHIPELAGO OF BAZARUTO IN MOZAMBIQUE

Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo

Professor Associado da Universidade Eduardo Mondlane- Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane
helazevedo@uem.mz

Resumo: A pandemia Covid-19 teve sua origem na China no ano de 2019, chegando à Moçambique em Março de 2020. Desde a sua eclosão, esta doença, tem vindo a afectar o processo de desenvolvimento do turismo, principalmente em países como Moçambique que definiram o turismo como um pilar para o crescimento na estratégia de desenvolvimento. O Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto (PNAB), um dos locais prioritários para o investimento do turismo pela grande diversidade de recursos turísticos que possui, foi igualmente afectado, principalmente por se um destino vocacionado para o turismo internacional. O presente artigo analisa os impactos gerados pela pandemia nesta importante unidade de conservação (UC) e propõe/descreve medidas para pensar a retomada da actividade. Em termos metodológicos, realizou-se a pesquisa bibliográfica e documental sobre Covid-19, conservação e Bazaruto; foram realizadas entrevistas a gestores da área do turismo e da UC e realizou-se a observação não participante. Assim, pelos dados apresentados no decorrer do trabalho, fica evidente que a pandemia Covid-19 criou retrocessos no sector do turismo no PNAB com consequências sociais e económicas consideráveis. A reversão deste cenário passa pela articulação de todos os intervenientes para criação de condições de segurança no contexto da mitigação da Covid-19, propondo a criação de unidade sanitária vocacionada, contratação de pessoal especializado, adesão ao programa Selo Limpo& Seguro, esforço de marketing para promoção do turismo doméstico, estimulo a negócios e oportunidades para nacionais, diversificação económica e cooperação no contexto da governação.
Palavras-chave: Covid-19. Impactos. Turismo. Arquipélago de Bazaruto. Moçambique.

Abstract: The Covid-19 pandemic had its origin in China in 2019, arriving in Mozambique in March 2020. Since its outbreak, this disease has been affecting the process of tourism development, especially in countries like Mozambique that defined the tourism as a pillar for growth in the development strategy. The Bazaruto Archipelago National Park (PNAB), one of the priority places for tourism investment due to the great diversity of tourist resources it has, was also affected, mainly because it is a destination dedicated to international tourism. This article analyses the impacts generated by the pandemic in this important conservation unit (CU) and proposes / describes measures to think about the recovery of the activity. About methodological procedures, was carried out bibliographic and documentary research on Covid-19, conservation and Bazaruto; interviews were conducted with managers from the tourism sector and for CU areas and non-participant observation was carried out. Thus, from the data presented in the course of the work, it is evident that the Covid-19 pandemic created setbacks in the tourism sector in the PNAB with considerable social and economic consequences. The reversal of this scenario involves the articulation of all stakeholders to create safety conditions in the context of the mitigation of Covid-19, proposing the creation of a dedicated health unit, hiring specialized personnel, adherence to the Clean & Safe Seal program, marketing effort for promotion of domestic tourism, stimulating business and opportunities for nationals, economic diversification and cooperation in the context of governance.

Key-words: Covid-19. Impacts. Tourism. Bazaruto Archipelago. Mozambique.

INTRODUÇÃO

Moçambique, país africano que se localiza na parte oriental de África, definiu, na sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035), o turismo como setor fulcral para dinamizar a economia nacional (MOÇAMBIQUE, 2014). A inserção do turismo como pilar de desenvolvimento é sustentada pela diversidade de recursos e atractivos culturais e naturais existentes, na área continental e em ambientes insulares. O Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 2015, p.5) no seu Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2016-2025 enfatiza esse potencial ao descrever que

Moçambique é rico em recursos naturais. De acordo com as estimativas nacionais, o País abarca mais de 5.500 plantas, 220 mamíferos e 690 espécies de aves, muitas das quais endémicas. As principais atracções estão ao longo da linha costeira de Moçambique com 2.700 Km com praias de palmeiras, lagoas e ilhas, incluindo os arquipélagos de Bazaruto e das Quirimbas, extensos recifes de coral, parques nacionais e reservas que estão sendo repovoados com uma variedade de fauna bravia. De uma área total de 780.000 km², 87.000 km² de áreas protegidas (11,1%), o País é povoado, com grandes áreas de terra não exploradas. A mistura de influências Africana, Árabe e Portuguesa do País é evidente na vibrante vida nocturna e na gastronomia.

Conforme descrito por MOÇAMBIQUE (2015), o Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto (PNAB) é uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, principalmente pela fauna marinha, clima, ecossistema dunar e o ambiente insular tropical. As características descritas têm motivado deslocações de visitantes, principalmente os internacionais.

Com o surgimento da Pandemia Covid-19 em Moçambique, em finais de Março de 2020, várias medidas governamentais, através de Decretos nacionais, limitaram viagens internacionais (origem de parte considerável de turistas que mais visita Moçambique) e conseqüentemente esta unidade de conservação (UC) deixou de receber visitantes, gerando impactos económicos e sociais para os diferentes intervenientes que actuam no arquipélago.

O presente artigo analisa os impactos gerados pela pandemia nesta importante UC e propõe/descreve medidas para pensar a retomada da actividade.

Em termos metodológicos, para além da consulta de diferentes referencias bibliográficas e documentais que abordam sobre a conservação e a área de estudo, realizou-se entrevistas com o

Presidente da Federação Moçambicana de Turismo (FEMOTUR) e gestores públicos desta UC para levantamento de dados e informações sobre os impactos da Covid-19 na gestão da UC e desenvolvimento local. A observação não participante foi outra técnica utilizada no trabalho.

O artigo, em termos gerais, para além da introdução, aborda sobre os objectivos da conservação no PNAB, a oferta turística do PNAB, os impactos da Covid-19 na arrecadação de receitas e contribuição para a comunidade. Igualmente são propostas medidas para os intervenientes melhorarem a imagem do destino e tornarem o lugar mais seguro no contexto da Covid-19,

Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto: origem, localização e património

Moçambique é um país que possui a experiência de conservação desde a independência nacional, visto que, herdou do sistema colonial português parques, reservas e coutadas que até os dias actuais se encontram funcionais. A rede de áreas de conservação, de acordo com a Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND, 2021) representa 26% do território nacional, envolvendo todas as províncias de Moçambique.

Aquando da sua criação, o Parque abrangia as ilhas de Benguerra, Magaruque e Bangué cobrindo uma área de 600 km² e as ilhas de Bazaruto e Santa Carolina eram tidas como zona de vigilância especial (PNAB, 2020).

O PNAB é uma UC integralmente marinha localizada na província de Inhambane em Moçambique; foi criado no ano de 1971, período que Moçambique ainda era uma província de Portugal (MOÇAMBIQUE, 2001). No ano de 2001, através do Decreto nº 39/2001 de 27 de Novembro, o PNAB viu a sua área aumentada e passou a compreender cinco ilhas, nomeadamente, Bazaruto, Santa Carolina, Benguerra, Magaruque e Bangué, incluindo águas adjacentes, conforme ilustra a figura 1. Constituído por 5 ilhas, o PNAB abrange os distritos de Inhassoro e Vilankulo sendo a ilha de Bazaruto a maior com 12 000 hectares, seguida de Benguerra com 2 500 hectares, Magaruque com 280 hectares e por último as ilhas de Santa Carolina e Bangué com 59 e 5 hectares respectivamente. As ilhas de Bazaruto e Santa Carolina localizam-se no distrito de Inhassoro e as restantes no distrito de Vilankulo (PNAB, 2020).

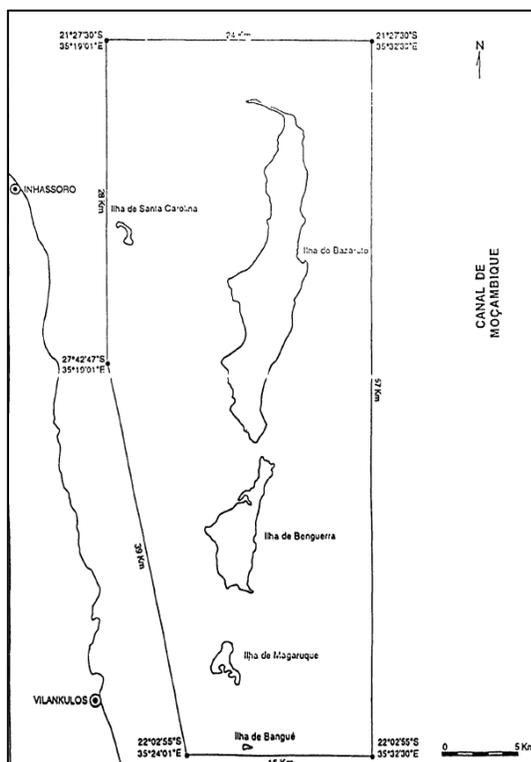


Figura 1- Ilustração da área actual do PNAB
Fonte: Moçambique (2001)

De acordo com o PNAB (2021) as cinco ilhas que compõem o PNAB perfazem 1.430Km² e sua actuação foca-se na protecção da população de dugongo, tartarugas marinhas e seus habitats, possuindo a mais viável população de dugongo (figura 2) da costa oriental de África.



Figura 2- Dugongo (*Dugong dugon*)

Fonte: PNAB (2021)

Os principais habitats do PNAB são as dunas costeiras, costas rochosas e arenosas, recifes de coral, florestas de mangais e tapetes de ervas marinhas, conforme ilustra a figura 3. Em termos de fauna, no PNAB, foram registradas 180 espécies de aves, 45 de répteis, 16 mamíferos terrestres, 500 moluscos marinhos e costeiros e 2000 espécies de peixes (PNAB, 2021). Ocorrem, igualmente, nesta UC, golfinhos, baleias, manta raias, tubarões e baleias, incluindo recifes que propiciam a realização de actividades de mergulho. Importa referir que o PNAB possui áreas húmidas facto que origina a presença de grande diversidade de aves migratórias, conforme ilustra a figura 3 (DÍAZ *et al*, 2016).



Figura 2- Tipos de habitats no Arquipélago de Bazaruto

Fonte: autor (2021)

Para além da riqueza natural existente, o PNAB, segundo Díaz *et al* (2016), possuía uma população de 5095 habitantes, em 2016, que vive nas três ilhas habitadas, nomeadamente, Bazaruto, Magaruque e Benguerra. Bazaruto é a Ilha que mais residentes possui. Os mesmos autores salientam que a população maioritária é feminina e que a maior parte depende da pesca, para sua subsistência, facto que gera pressão sobre os recursos que são protegidos, principalmente por verificarem práticas nocivas de pesca como a de utilização de técnicas impróprias que põem em perigo outras espécies (DÍAZ *ET AL*, 2016).

Em termos administrativos o PNAB é gerido através de uma parceria público privada adjudicada a African Parks no ano de 2017.

A African Parks é uma organização de conservação sem fins lucrativos que assume responsabilidade direta pela reabilitação e gestão de longo prazo de áreas protegidas em parceria com governos e comunidades locais (AFRICANPARKS, 2021). Actua em 19 áreas de conservação em África, em Moçambique, Ruanda, Angola, Malawi, Chade, Zâmbia, Congo, República Democrática do Congo, Benim, Ruanda, República Centro Africana e Zimbabwe.

Em 2020 o PNAB contou com 114 trabalhadores, sendo que mais da metade actuam na área de fiscalização (66 trabalhadores); outras áreas existentes são: administração e finanças, Unidade de aquisições e Património, Recursos Humanos, Conservação, Comunidades, Turismo e Cozinha (PNAB, 2021).

Covid-19 em Moçambique e no PNAB

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) e a Johns Hopkins University (2021) a pandemia Covid-19, que teve a sua origem na China no ano de 2019, infectou mais de 137.467.854 milhões pessoas e matou 2.960.380 milhões de pessoas em 192 países/regiões. A rápida propagação da doença fez com que autoridades governamentais de todo o planeta tomassem medidas restritivas de deslocação de pessoas pela facilidade de contaminação do vírus.

Pela grande escalada e velocidade do Sars-cov-2, a OMS classificou a Covid-19 como pandemia e daí em diante o número de novos casos positivos, mortes e lugares atingidos foi crescendo exponencialmente em todo planeta, e novas variantes, mais contagiantes e mortíferas, surgiram, como é o caso, por exemplo, da chamada variante sul-africana.

Em Moçambique, o primeiro caso positivo foi diagnosticado em finais de Março, na cidade de Maputo, importado da Inglaterra (Londres). De acordo com os dados do Ministério da Saúde (MISAU), um ano depois da eclosão da pandemia em Moçambique, o país contou com 68.792 de casos positivos cumulativos totais e 791 mortes, distribuídos por todo o país conforme lustra a figura 4 (MOÇAMBIQUE, 2021).

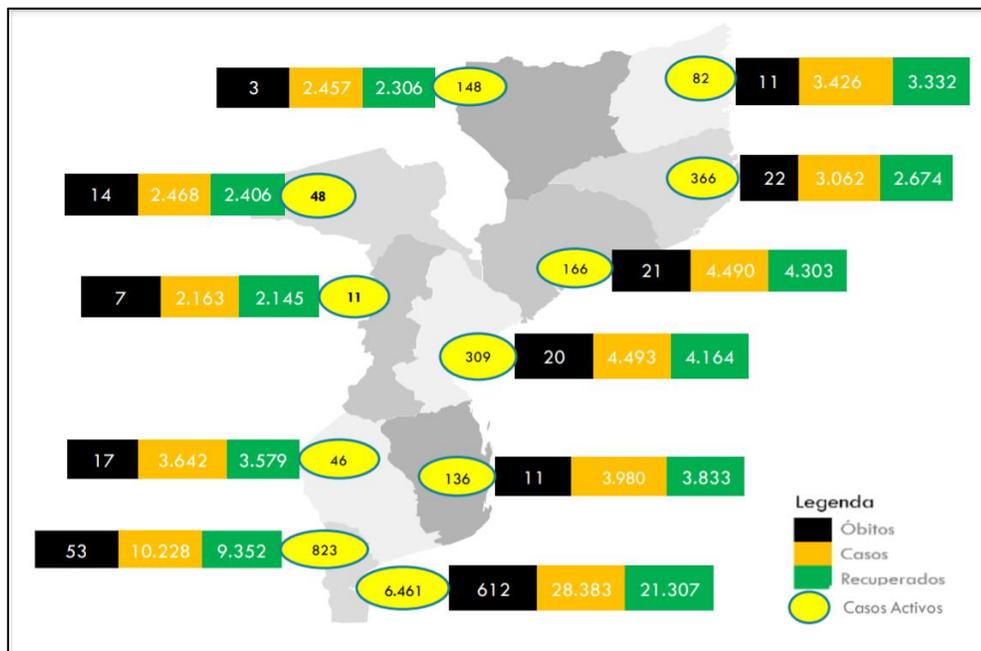


Figura 4: Distribuição de casos confirmados de Covid-19 por província
 Fonte: MOÇAMBIQUE.MISAU: Boletim Diário nº 391, atualizado em 12/4/2021a.

No Arquipélago, conforme informações prestadas pelo oficial comunitário do PNAB (Camara, 2021), não houve, até Março de 2021, casos reportados de Covid-19. Existem, neste arquipélago, três centros de saúde, sendo dois em Bazaruto e um em Benguerra; importa aclarar que nestes não foram criadas, até ao momento, condições para testagem da Covid-19 e nem possuem condições para receber doentes em estado avançado da doença.

O coronavírus está a provocar impactos negativos que agravam a conjuntura social e económica. Para além das medidas mundialmente anunciadas para combater a doença (uso de máscaras, lavagem e desinfecção de mãos e isolamento domiciliar); no país iniciou-se a campanha de vacinação que está na fase inicial e teve o apoio do governo da China. Há um plano de vacinação em curso que abarcou, no primeiro momento, profissionais de saúde, enquanto o grosso da população aguarda por vacinação.

De acordo com Guambe (2020), a prática do isolamento social ou confinamento, como uma das principais formas de prevenção, cristalizado nos apelos e ou determinações como “Fica em casa”, escalonados em diversos níveis, desde o simples distanciamento social até ao recolher obrigatório, um dos seus extremos radicais, desencadeou, por sua vez, uma outra série de

consequências, onde se destaca a paralisação total ou parcial de várias actividades socioeconómicas, principalmente as que se relacionam com a mobilidade e o contacto interpessoal, onde se destaca o sector do turismo.

Para minimizar os riscos no sector do turismo, o Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR) de Moçambique lançou, em Outubro de 2020, a iniciativa Selo Limpo & Seguro com o objectivo de apoiar diferentes entidades e prestadores de serviços a nível do Sector de Hotelaria e Turismo, bem como as que directa ou indirectamente intervêm na área de Turismo no cumprimento do protocolo sanitário no contexto da Covid-19 para viabilizar a retoma com segurança as actividades destes sectores. Actualmente foram emitidos 62 selos e 434 pessoas foram formadas para actuar, número muito baixo se tiver-se em conta o número total de empreendimentos turísticos e de pessoas/profissionais envolvidos no sector (MOÇAMBIQUE, 2021b). Referir que até a eclosão da pandemia existiam, em Moçambique, 2462 estabelecimentos hoteleiros, 3986 estabelecimentos de restauração e bebidas e 336 Agências de Viagens (MICULTUR, 2020).

De acordo com a Confederação das Associações Economicas de Moçambique (CTA, 2021), em termos gerais, o Sector de Turismo (Hotelaria e Restauração) é dos mais afectados pelos impactos da COVID-19, visto que, nos hotéis, a taxa de ocupação baixou para menos de 4%, com registo de perdas diárias de facturação estimadas em 98%. Cerca de 75% das empresas do sector optou pela suspensão das actividades e dos contratos de trabalho com a massa laboral, colocando em risco mais de 72% dos postos de emprego.

Dados do MICULTUR (2020), apontam que um total 696 empreendimentos turísticos já encerraram, sendo 155 estabelecimentos hoteleiros, 484 bar e restaurantes, 12 agências de viagens e 45 salas de dança, incluindo todos os casinos e as salas de máquinas de jogos de fortuna ou azar. De acordo com a mesma fonte, estes encerramentos puseram em causa 3511 postos de trabalho.

Segundo declarações de Cunha (2021), Presidente da Federação Moçambicana de Turismo e Hotelaria (FEMOTUR), o sector do Turismo em Moçambique registou baixo crescimento depois da eclosão da pandemia Covid-19, visto que, cerca de 42 mil trabalhadores foram suspensos, houve um défice de tesouraria de 90%, correspondente a 385 milhões de Meticais e registou-se perda de

facturação de aproximadamente 428 milhões de Meticais. A CTA & Femotur (2020, p. 7) salientam este cenário ao abordarem que:

O sector da Hotelaria e Turismo emprega aproximadamente 64 mil trabalhadores, distribuídos em estabelecimentos de alojamento, restaurantes e agências de viagem. Devido a Covid-19 cerca de 65% dos postos de trabalho foram suspensos e estão em risco. Agregando o impacto da Covid-19 sob ponto de vista de perda de receitas e sob ponto de vista de défice de tesouraria, estima-se que esta pandemia teve um custo financeiro de aproximadamente 1500 Milhões de Meticais só no primeiro semestre do ano.

Os impactos descritos mostram um retrocesso nos avanços que o país vinha registrando no processo de desenvolvimento e no sector de turismo em particular. O PNAB, destino turístico de referência nacional, de igual modo, seguiu a tendência nacional de desaceleração do desenvolvimento, conforme se apresenta no ponto que se segue.

Impactos da Covid-19 no sector do turismo no PNAB

Apesar da grande expressão territorial formalmente conservada e da riqueza existente no PNAB, vários problemas para garantir a sustentabilidade destes espaços são observados, entre os quais destaca-se, igualmente, a necessidade das comunidades, que estão dentro da UC e na zona tampão, terem a garantia da sua sobrevivência a partir da exploração dos recursos que existem, mas que muitas das vezes são considerados protegidos e de acesso proibido (PNAB, 2021).

A Lei da Conservação da Biodiversidade de Moçambique estipula, como medida para minimizar o impacto pela não utilização desenfreada de recursos nas UC, que as comunidades, devem beneficiar-se, pelo menos, de 20% das taxas de acesso às UC e da utilização de recursos pelo sector privado nestes espaços.

O turismo se evidencia, nesta UC, como uma das formas de arrecadação de recursos financeiros que contribuem para o desenvolvimento local. O PNAB possui um total de 13 concessões turísticas, ocupando uma área de 913,92ha, onde apenas 3 concessões estão em funcionamento pleno, 2 concessões com 188,42ha encontram-se em reabilitação, 1 de 302ha em construção, 2 com 18,1ha em carteira e os restantes 4 com 81,14ha são concessões ociosas conforme ilustra a tabela 1 (PNAB, 2021). Para atender a demanda, as seguintes actividades são

ofertadas: mergulho de superfície (*snorkelling*), passeio de carro (*island drive*), mergulho de profundidade (*diving*), passeio de cavalo (hipismo), pesca desportiva, passeio de barco, filmagem, observação de pássaros (ornitóloga), fotografia, pesquisas científicas e passeio a pé (*island hope*).

Tabela 1: Regularização das Concessões do PNAB

Ord.	Nome da Concessão	Área Autorizada (ha)	Situação de Regularização	Ilha
1	Bazaruto Lodge	166	Não regularizada	Bazaruto
2	Indico Bay (Anantara)	292	Regularizada	Bazaruto
3	Zenguelemo Ecolodge	6,1	Regularizada	Bazaruto
4	Eugénio Numaio	15	Regularizada	Bazaruto
5	Cipriano Neto	0,68	Regularizada	Bazaruto
6	Santa Carolina	57	Não regularizada	Santa Carolina
7	Gabriel's Ecolodge	20,16	Regularizada	Benguera
8	Benguera Lodge	11,12	Não regularizada	Benguera
9	Benguera Vila	12,83	Não regularizada	Benguera
10	Kisawa	300,94	Regularizada	Benguera
11	Marlin Lodge	6,57	Regularizada	Benguera
12	Hotel Magaruque	24,79	Não regularizada	Magaruque
13	Yassin Amuji	0,16	Regularizada	Bangue
TOTAL		913,35		

Fonte: PNAB (2021)

No ano de 2019, antes da eclosão da COVID-19 em Moçambique, no PNAB, existia a capacidade total aprovada de 173 quartos e 334 camas, das quais funcionam 91 quartos e 168 camas, empregando 402 trabalhadores, entre eles 378 nacionais e 24 estrangeiros.

Durante o período em análise, o movimento turístico no PNAB caracterizou-se por uma demanda crescente, tendo sido registada a maior demanda nos estabelecimentos hoteleiros, conforme ilustra a tabela 2.

Tabela 2: Movimento turístico no PNAB em 2019

Variável	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Total
Embarcações	533	802	920	1175	3430
Actividades	886	1400	1450	2171	5907
Aeronaves	281	259	343	283	1166
Filmagens/Fotografia	0	0	2	2	4
Turistas	4292	6136	7462	7764	25654
Receita (Mt)	4,912,003.11	5,181,684.50	7,064,873.60	9,158,257.79	26,316,819.00

Fonte: PNAB (2020)

Os resultados do ano de 2019 foram positivos se comparado com os dados de 2018, visto que, as receitas e números de chega de turistas tiveram um incremento na ordem de 52,57% e 47,98% respectivamente, para receitas e chegadas no ano de 2019, conforme ilustra a tabela 3.

Tabela 3: Análise Comparativa de receitas e chega de turistas no PNAB 2018 vs 2019

Item	Resultados do Período		% Cresc.
	2018	2019	
Receita	17,249,377.40	26,316,819.89	52.57
Turistas	17336	25654	47.98

Fonte: PNAB (2020)

Para além dos fatores tradicionais (atualização de taxas, sistema de colecta e o aumento do número de fiscais e embarcações de fiscalização) quatro importantes fatores contribuíram para o aumento das receitas nessa proporção, são eles a faturação dos registos de aterragem de helicópteros dentro do Parque; a cobrança de dívidas acumuladas dos anos anteriores de algumas empresas que operam dentro do Parque; a resolução do diferendo sobre a quem é atribuída a competência para a cobrança de receitas provenientes das taxas de mergulho dentro do parque e a boa colaboração da Autoridade Tributaria na sensibilização de operadores sobre as consequências dos processos de execução fiscal das dívidas de faturas não regularizadas (PNAB, 2020).

Em relação a canalização dos 20% às comunidades, no período em alusão, foram entregues 3.427.706,66 MT (três milhões, quatrocentos, vinte e sete mil, setecentos, seis e sessenta e seis centavos), às comunidades do Arquipélago de Bazaruto, valor que corresponde a 20% das receitas consignadas ao parque. Três comunidades do Arquipélago de Bazaruto (Bazaruto, Benguerra e Magaruque), dividiram este valor da seguinte forma: 61% para Bazaruto; 31% para Benguerra e 8% para Magaruque. Estes valores foram/são utilizados para projectos sociais e económicos das comunidades aprovados em Assembleias comunitárias, conforme ilustra a figura 5.



Figura 5: Bloco de 2 Salas de aulas construída com fundos dos 20%.
Fonte: PNAB, 2020

No ano de 2020, período em que a pandemia chegou a Moçambique foram impostas medidas restritivas de mobilidade por meio de decretos do Conselho de Ministros (com abrangência nacional), com restrições a voos, num primeiro momento, e depois a uso de praias e organização de eventos para grande número de pessoas. Como consequência, os indicadores de crescimento da actividade começaram a reduzir no país e no PNAB.

Assim, durante o ano de 2020, o movimento turístico no PNAB caracterizou-se por uma demanda decrescente durante os primeiros três trimestres e uma tendência de recuperação nos últimos três meses devido abertura que houve para o desenvolvimento do turismo e actividades relacionadas através do Decreto n.º 79/2020 que declarou a Situação de calamidade pública e activa o alerta vermelho, conforme ilustra o gráfico 1 e a tabela 4. Este decreto abriu as praias, a realização de actividades culturais nos cinemas, teatros, museus, galerias, centros culturais, auditórios e similares, bem como empreendimentos turísticos de restauração e similares, a prática de desportos em ginásios e a reabertura de casinos em todo o país. De igual modo, o decreto autorizou os eventos privados para o limite máximo de 40 (quarenta) participantes sob garantia da estrita observância das medidas de prevenção e combate à pandemia COVID-19.

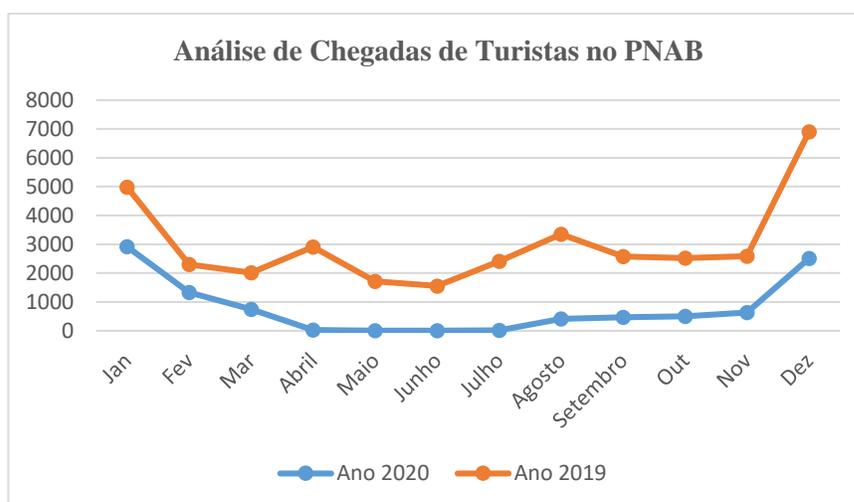


Gráfico 01: Análise Comparativa de Chegadas de Turistas 2019 – 2020 no PNAB
Fonte: PNAB, 2021.

Tabela 4: Movimento Turístico.

Variável	I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.	Total
Embarcações	633	9	174	691	1507
Aeronaves	194	0	0	58	252
Actividades	1891	2	319	1749	3,961
Turistas	4998	39	1407	4458	10,879
Receita (Mt)	4,517,100.00	23,700.00	722,300.00	3,534,400.00	8,797,500.00

Fonte: PNAB, 2021.

Em síntese, o movimento turístico segundo o PNAB (2021), através da análise comparativa entre a tabela 2 e 4, mostra reduções significativas nos indicadores no ano de 2020. O movimento de embarcações e aeronaves reduziu em 56% e 78%, respectivamente. O número de turistas reduziu em 58% e as receitas arrecadadas em 67%. Não houve filmagens como em 2019 e as actividades reduziram em 33%. Importa realçar que dos 10.879 visitantes que estiveram no Parque, 81,05% (8.817 visitantes) eram excursionistas (visitantes do dia) e os restantes 18,95% (2.062 turistas) aqueles que pernoveram.

Diferente de 2019, a entrega dos 20% das receitas consignadas ao Parque, resultantes da cobrança de taxas de entradas e actividades turísticas, totalizaram um valor de 1.920.000,00MT repartidos da seguinte forma: 1.171.200,00MT para Bazaruto, correspondentes 61%;

595.200,00MT para Benguerra, correspondentes 31% e 153.600,00MT para Magaruque, correspondentes 8%.

Devido a baixa arrecadação houve uma redução na ordem de 44% em 2020 se comparado com o ano transacto, fato que reduziu a capacidade de operacionalização de projectos sociais e económicos, obrigando às comunidades locais a buscarem outras alternativas de sobrevivência alicerçadas nos recursos naturais.

Em relação ao emprego, as autoridades gestoras não conseguiram quantificar o défice gerado em 2020, limitando-se a informar que com o encerramento de vários estabelecimentos, os donos de empreendimento foram obrigados a encerrar contratos de emprego. Para minimizar este aspecto, foi criado um projecto de recolha dos resíduos sólidos, onde foram contratados 60 trabalhadores, dos quais 36 mulheres e 14 homens. O projecto, de iniciativa da administração do Parque tem como objectivo o desenvolvimento de capacidades e habilidades técnicas aos residentes das ilhas de modo a terem alternativas de vida de forma sustentável (PNAB, 2021).

O sector do turismo, em síntese, foi caracterizado por uma demanda normal com tendências a um crescimento durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2020. Na última semana do mês de Fevereiro, os efeitos da propagação do Covid19 no mundo inteiro e o alarme que se fez ecoar na mídia internacional, começaram a afetar o mercado turístico, reflectindo-se no decrescente número de visitantes que todos destinos iam recebendo e as informações de cancelamentos com efeitos a partir do mês de Março (PNAB, 2021).

O fenómeno e as medidas de contenção tomadas pelo governo, causaram alteração na curva da demanda turística, onde as entradas caíram para zero com o encerramento dos portões do Parque.

Com a reabertura do Parque no mês de Julho, foram se notando sinais de recuperação sendo que o Parque foi visitado primeiramente por nacionais e estrangeiros residentes no território nacional e, por fim, por turistas internacionais que foram aumentando até Dezembro do ano de 2020. Em Janeiro 2021 novas medidas restritivas foram impostas para conter o número crescente de casos positivos e mortes no país, conforme ilustra o gráfico 2 (PNAB, 2021).

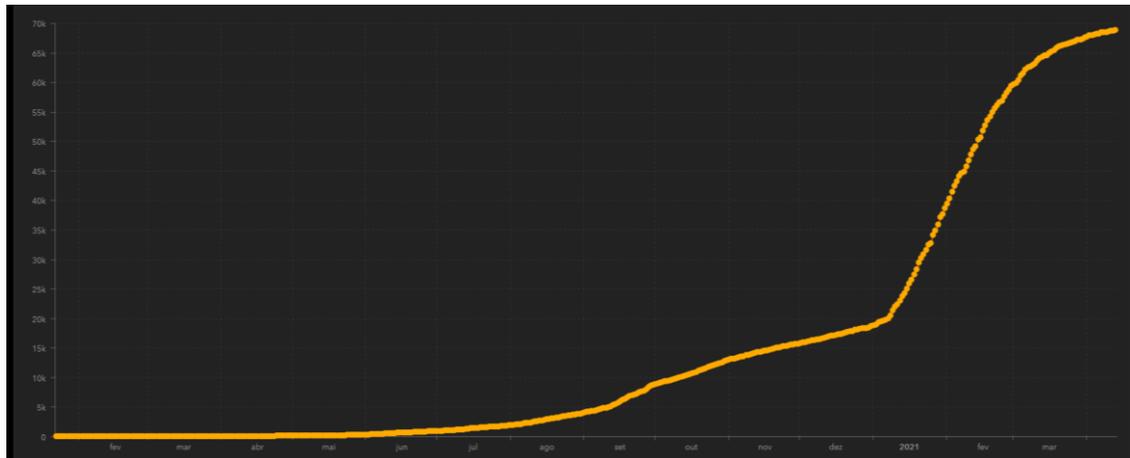


Gráfico 02: Análise dos casos cumulativos de COVID-19 em Moçambique
Fonte: JHU, 2021.

O gráfico 2 mostra o número crescente de casos desde que foram relaxadas as medidas em Setembro de 2020, altura em que se verificou maior demanda por praias no país, incluindo no PNAB. Apesar do crescimento de casos no período em que foram relaxadas as medidas, as autoridades de gestão do PNAB não contabilizaram casos no Arquipélago.

Apesar de ser um indicador positivo a ausência de casos no arquipélago, há necessidades dos gestores do Parque operacionalizarem medidas, com diferentes parceiros, para melhorar a segurança dos turistas aquando da visita a este destino, fator que poderá ser usado, igualmente, no marketing do Parque. As medidas propostas são descritas no ponto que se segue.

Proposta de medidas para retoma do turismo no PNAB

Para a retoma do turismo, no PNAB, há necessidade de manutenção dos esforços de sensibilização actuais para que os membros da comunidade mantenham o arquipélago sem casos. No âmbito do programa governamental Selo Limpo & Seguro, os gestores dos empreendimentos turísticos locais têm a oportunidade para adequar os estabelecimentos aos padrões sanitários recomendados para garantir uma visita segura. Estas adequações devem incidir, igualmente, para o preparo de recursos humanos e comunidades de modo a conformarem-se com todas as regras descritas nos manuais deste treinamento.

A criação de uma micro-unidade sanitária, com todo o preparo para testagem e internamento, para um mínimo de visitantes deve ser perspectivada em parceria com as entidades de saúde e gestores privados. A existência desta unidade se configurará como uma força para o destino, pois os turistas ao organizarem suas viagens questionam elementos de segurança de saúde (AZEVEDO, 2014). Associada a esta unidade, a contratação de um médico especializado pode ser, igualmente, vantajosa.

Na perspectiva do planeamento e ordenamento territorial, tendo em conta o isolamento que existe neste arquipélago, pode-se pensar na implementação do conceito de capacidade de carga que define o número mínimo de utentes em espaços turísticos, principalmente nas praias, locais actualmente interditados. Sendo um local onde não ocorre o turismo de massa, pelas dificuldades de acesso, há possibilidade de demarcação de espaços para uso controlado pelos visitantes. A capacidade de carga deverá, igualmente, incidir sobre o número de visitantes por dia na Ilha, incluindo nos meios de transporte que levam turistas as Ilhas e que são usados nas diferentes actividades promovidas.

Na perspectiva do marketing, para além de criação de campanhas promocionais para que turistas nacionais possam usufruir deste destino, há necessidade, depois de criadas as condições no âmbito do Selo Limpo e Seguro e da criação de unidade de saúde vocacionada, de vender a imagem de destino turístico seguro e preparado para apoiar os visitantes em caso de necessidade. Um trabalho integrado entre a administração do parque e operadores turísticos deve propiciar condições para o incremento das viagens domésticas e dos investidores nacionais, visto que, foram estes que mantiveram o fluxo de viagens quando as fronteiras estiveram fechadas.

Outra medida para incrementar o número de chegadas é a criação de unidades de alojamento que estejam ao alcance da renda dos moçambicanos, privilegiando o envolvimento das comunidades na construção de lodges comunitários, “abrindo” o arquipélago para novas correntes de visitantes, principalmente os nacionais.

A promoção de outras iniciativas de sustento, como a agricultura, apicultura, comércio, energias renováveis, reaproveitamento de resíduos, outros, são, igualmente, iniciativas que poderão ajudar as comunidades a diversificarem a renda e garantirem o sustento das famílias sem grande pressão pelos recursos naturais do PNAB.

Outras medidas podem ser identificadas através de pesquisas adicionais que podem incidir sobre o conhecimento das potencialidades locais e sua forma de utilização, aproveitando-se, igualmente, as experiências de outros ambientes similares, como por exemplo, o arquipélago de Fernando de Noronha no Brasil. A cooperação regional e internacional, no contexto da governação de áreas de conservação, principalmente em ambientes insulares, é crucial para partilha de experiências bem-sucedidas.

Considerações finais

A pandemia COVID-19 trouxe consigo consequências negativas ao desenvolvimento humano, na perspectiva global e em Moçambique de forma particular. Para além das mortes que fez, pela sua característica de rápida contaminação entre as pessoas, obrigou que as pessoas ficassem em isolamento, reduzindo a mobilidade e consequentemente, as viagens a lazer, característica primordial para o desenvolvimento do turismo.

Pela grande riqueza natural e cultural que ostenta, o PNAB é um local que até o ano de 2019, depois da parceria público privada assinada com a African Parks, no ano de 2017, estava a registrar indicadores de crescimento no turismo, contribuindo para o financiamento de iniciativas das comunidades residentes. Com o surgimento da Covid-19, foi possível observar um decréscimo acentuado dos indicadores do sector e da contribuição deste para a arrecadação de receitas para o Estado e para as comunidades. A situação descrita reduz a contribuição do sector para o desenvolvimento local criando precedentes para a busca de alternativas de sobrevivência baseada na exploração de recursos naturais, alguns protegidos.

A reversão deste cenário passa pela articulação de todos os intervenientes para criação de condições de segurança no contexto da mitigação da Covid-19, propondo a criação de unidade sanitária vocacionada, contratação de pessoal especializado, adesão ao programa Selo Limpo & Seguro, esforço de marketing para promoção do turismo doméstico, estímulo a negócios e oportunidades para nacionais, diversificação económica e cooperação no contexto da governação.

Assim, pelos dados apresentados no decorrer do trabalho, fica evidente que a pandemia Covid-19 criou retrocessos no sector do turismo no PNAB com consequências sociais e económicas consideráveis, fato que vai obrigar os intervenientes deste processo a gerirem uma crise sem data marcada para terminar em função das limitações actuais observadas no PNAB e no país.

Referências bibliográficas

AFRICANPARKS. **Our Work**. Disponível em: <https://www.africanparks.org/>. Acesso em: 14/04/2021.

AZEVEDO, H. A. M. A. **A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique**. 2014. 267 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

BIOFUND. Fundação para a Conservação da Biodiversidade. **Áreas de conservação de Moçambique**. Maputo. Disponível em: <https://www.biofund.org.mz/mocambique/areas-de-conservacao-de-mocambique/>. Acesso em 14/04/2021.

CAMARA, R. **Covid-19 em Bazaruto**. [Entrevista cedida a Helsio Azevedo]. ESHTI, Inhambane, 2021.

CTA & FEMOTUR. **Estímulos financeiros e eventuais prorrogações das medidas fiscais e financeiras introduzidas pelo Governo**. Maputo: CTA, 2020.

CTA. Confederação das Associações Económicas de Moçambique. **Análise do impacto da COVID19 no sector do Turismo**. Maputo. Disponível em: <https://covid19.cta.org.mz/wp-content/uploads/2020/06/Impacto-da-Covid19-no-sector-do-Turismo.pdf>. Acesso em 14/04/2021.

CUNHA, J.. **Turismo e Hotelaria em Moçambique: impactos da pandemia COVID-19**. [Entrevista cedida a Helsio Azevedo]. ESHTI, Inhambane, 2021.

DÍAZ P., I.; LUÍS, L. D.; MAFAMBISSA, M.; UETIMANE, A. E.; MADEIRA, P. D.; CHAMBAL, E. M.; GUBUDO, F. S.; ZIBANE, J. B. e N. V. F. LIBERATO (2016). **Plano de Maneio do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto 2016 – 2025**. Cidade de Maputo: EIA & Services, 156 p.

GUAMBE, J.. Efeitos da Pandemia de Covid19 sobre o turismo na África subsaariana e em Moçambique. *AbeÁfrica-Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v.3, n.3, out. 2019.

JONHS HOPKINS UNIVERSITY. Center for Systems Science and Engineering. **Covid-19 Dashboard: cumulative cases of Mozambique**. 2021. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 14/04/2021.

MICULTUR. **Impacto da Covid-19 no sector da cultura e turismo**. Disponível em: <http://www.micultur.gov.mz/index.php/turismo/593-impacto-da-Covid-19-no-sector-da-cultu-ra-e-turismo>. Acesso em: 2/11/2020.

MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministros. Decreto n.º 39/2001 de 28 de Novembro, **Altera os limites do Parque Nacional do Bazaruto**. Boletim da República. Imprensa Nacional: I SÉRIE, Maputo, 2001. n.48, p.268 (6).

MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministros. Decreto n.º 79/2020 de 4 de Setembro, **Declara a situação de calamidade pública e activa o alerta vermelho**. Boletim da República. Imprensa Nacional: I SÉRIE, Maputo, 2020b. n. 171, p. 1-5.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)**. Maputo, Julho de 2014. Disponível em: https://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/instrumentos-de-gestao/-/2/397--3/file?force_download=1. Acesso em 10/3/2021.

MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO. **Selo Limpo& seguro**. Maputo:2021b. Disponível em: <https://www.selomocambiqueimpoeseuro.gov.mz>. Acesso em: 14/04/2021.

MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim diários sobre Coronavírus (COVID-19) em Moçambique**. Ed. n.º 391, Maputo: 2021a. Disponível em: <https://www.misau.gov.mz/index.php/Covid-19-boletins-diaros>. Acesso em: 14/04/2021.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Turismo. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2016-2025**. Maputo: MITUR, 2015.

MOÇAMBIQUE. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique. Moçambique 2004-2013**. Maputo: MITUR, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **COVID-19 Weekly epidemiological update**. Geneva, Abril de 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update-on-Covid-19---13-april-2021>. Acesso em 14/04/2021.

PARQUE NACIONAL DO ARQUIPÉLAGO DO BAZARUTO. **Relatório Anual de 2019. Bazaruto**: Vilanculos: PNAB, 2020.

PARQUE NACIONAL DO ARQUIPÉLAGO DO BAZARUTO. **Relatório Anual de 2020. Bazaruto**: Vilanculos: PNAB, 2021.

SOBRE O AUTOR**Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo**

Professor Associado do Departamento de Turismo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI) na Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique. É doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília (2009). Licenciado em Turismo pela Universidade Eduardo Mondlane (2006). Actualmente é Director da ESHTI. Actuou como Director Adjunto de Pesquisa e Extensão e Director do Curso de Gestão de Mercado de Turismo. Foi bolsista CAPES no programa PEC-PG (Doutorado) e bolsista CNPq (Mestrado). Actualmente é membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidade (Citicom-UFMT), do Grupo Espaço, Sujeito e Existência (IESA-UFG) e do Grupo de Pesquisa em Turismo em Período Pandêmico (USP). Actua no ensino, pesquisa e extensão nas áreas do conhecimento sobre turismo, meio ambiente e geografia. É consultor ambiental ad hoc e membro do conselho editorial de várias revistas.

**Recebido em julho de 2021.
Aceito para publicação em setembro de 2021.**